

ESCÂNDALO/CONCLUSÕES

Jorge Cardoso/AE

Fiúza será citado pelo desvio de US\$ 204 milhões

Inclusão do ex-ministro da Ação Social e ex-relator do Orçamento na lista de cassações vai ser justificada pelas "emendas piratas" e pelos acréscimos ilegais que ele fez no Orçamento de 92

MARA BERGAMASCHI

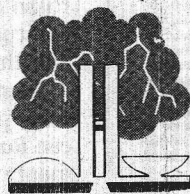
BRASÍLIA — No relatório final da subcomissão de emendas, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), incluído na lista de cassações da CPI do Orçamento, será responsabilizado pela manipulação de US\$ 204,8 milhões dos cofres públicos. A cifra é a soma do valor das emendas acrescidas ilegalmente ao Orçamento da União de 1992 e pagas pelo governo federal. De acordo com o relatório, dos US\$ 204,8 milhões, US\$ 91,8 milhões se destinaram a "emendas piratas" de autoria do próprio Fiúza, então relator-geral da Comissão de Orçamento do Congresso.

"O fato jurídico relevante é a afir-

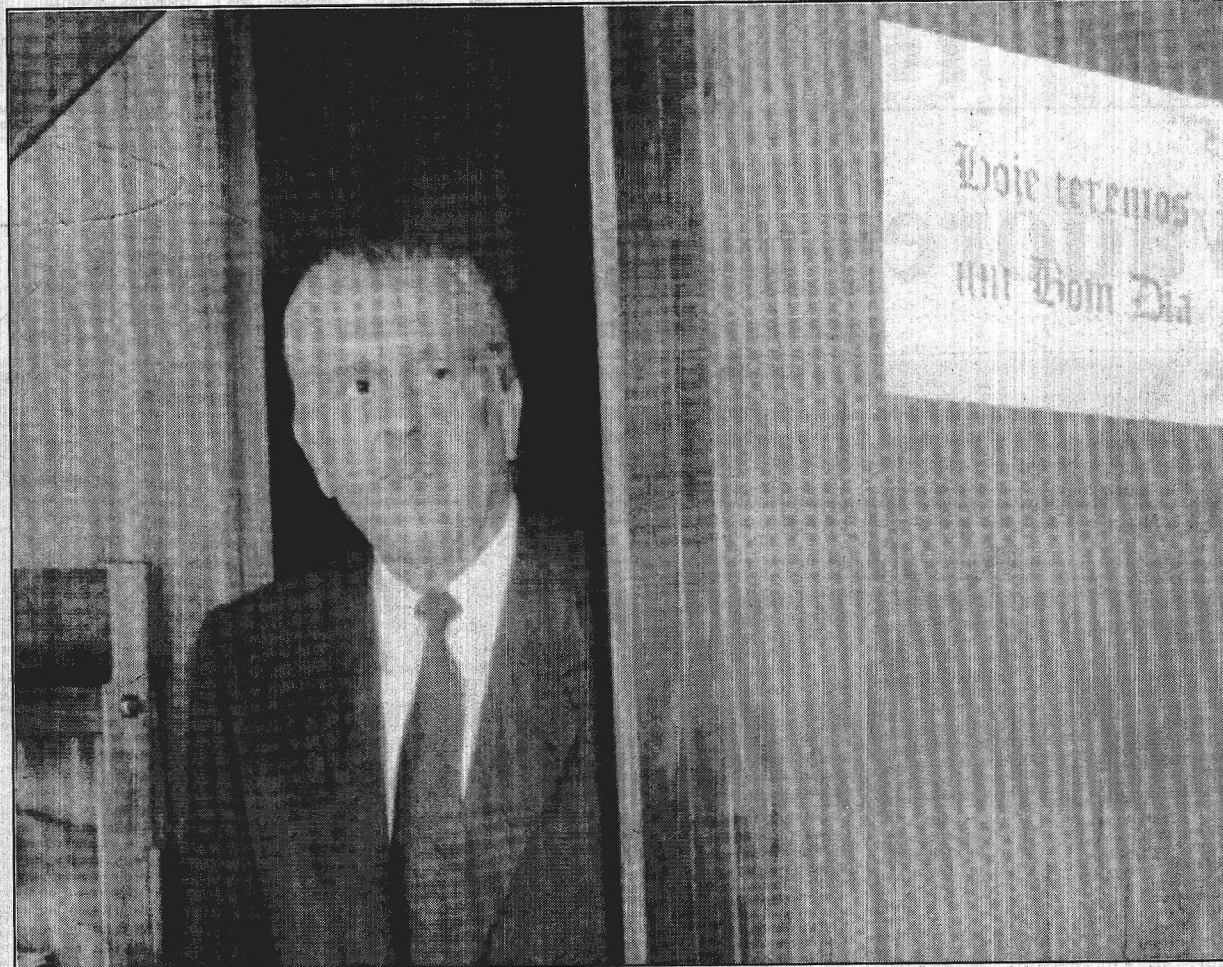
mação de que o Congresso Nacional aprovou algo que na realidade não votou", diz o parecer da subcomissão de emendas já em mãos do relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "A ação do relator-geral descrita e comprovada no presente relatório configura grave ilicitude e quebra de decoro parlamentar." No documento, a subcomissão comprova que Fiúza

acrescentou à lei orçamentária aprovada em 19 de dezembro de 1991 emendas que não existiam no momento da votação. Conforme antecipou o Estado na semana passada, essas emendas foram apresentadas em nome de 127 deputados e senadores.

Os fundamentos para a cassação do ex-líder do blo-



DEPUTADO SE
DIZ VÍTIMA DE
"ESTRATÉGIA
IDEOLÓGICA"



O parlamentar se considera injustificado pela CPI: "Inventaram um monte de asneira contra mim"

co parlamentar de sustentação ao governo Collor e ex-ministro da Ação Social estão presentes também nas subcomissões de patrimônio e subvenção social. A subcomissão de patrimônio pretende provar que a fortuna de Fiúza foi conquistada à sombra do Estado, por meio de empréstimos de bancos oficiais e de incentivos fiscais da Sudene.

A subcomissão de subvenções sociais vai envolver o ex-ministro com o esquema de desvio das ver-

bas sociais controlado pelo deputado João Alves (sem partido-BA). A subcomissão constatou que mais da metade dos recursos liberados pela gestão de Fiúza caíram nas mãos de entidades fantasmas ou irregulares. Segundo amigos, Fiúza passou ontem o dia nervoso, mas reafirmou sua convicção de que o plenário do Congresso não vai aprovar seu pedido de cassação.

Ele se disse injustificado, pois considera que esclareceu todas

as dúvidas levantadas pela CPI a seu respeito. O deputado afirmou que é vítima de uma "estratégia ideológica" montada pelo coordenador da subcomissão de patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). "Eles e o assassino (o ex-diretor de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos) inventaram um monte de asneira contra mim", acusou. "São nazistas, fascistóides que querem me linchar."